

O PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO, OBRAS COMPLEMENTARES PARA O AUMENTO DA OFERTA HÍDRICA E CONVIVÊNCIA COM AS SECAS

César Nunes de Castro

Especialista em políticas públicas na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dirur/Ipea). *E-mail*: <cesar.castro@ipea.gov.br>.

Monise Terra Cerezini

Consultora do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dirur/Ipea. *E-mail*: <monise.cerezini@ipea.gov.br>.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2807>

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF), conhecido como transposição do São Francisco, representa o maior projeto de infraestrutura hídrica destinado a aumentar a oferta hídrica na região mais árida do Brasil. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Regional, órgão gestor do programa, serão beneficiados 398 municípios,¹ com população total estimada em 2020 de aproximadamente 12,5 milhões de pessoas.² O nível de sucesso atingido quanto a esse objetivo pode ser potencializado por meio de medidas complementares ao PISF. O arsenal de políticas públicas implementadas pelo Estado para mitigar os efeitos da baixa disponibilidade hídrica regional é amplo e não se limita exclusivamente às obras de infraestrutura hídrica.

Avaliar a complementariedade existente entre as políticas públicas relacionadas à promoção da segurança hídrica na região e o PISF constitui o objetivo deste artigo. A partir da análise das políticas públicas complementares ao projeto de integração, verificou-se que, tanto no âmbito federal quanto no estadual, a infraestrutura hídrica recomendada possui grande potencial de ampliar a segurança hídrica da região beneficiada pela transposição. O PISF e seus diversos trechos, já executados e a serem implementados, assim como as obras complementares localizadas nos estados beneficiados, que irão integrar a plena operação da transposição, são fundamentais para aumentar a oferta de água, prioritariamente, para uso humano e animal, mitigando os efeitos da baixa disponibilidade hídrica regional e das secas que afligem a região.

Para o abastecimento rural, importa pensar em outras alternativas de fontes hídricas, visto que o PISF dificilmente contribuirá de forma significativa para atender essa população, considerando-se a distância e o custo envolvidos para disseminar a infraestrutura da rede adutora de água para atender essa população rural dispersa. A análise das políticas públicas relacionadas com o conceito de convivência com a seca mostrou que o Programa Água para Todos e o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água (Programa Cisternas) representam uma alternativa de ótimo custo-benefício para promover o aumento da disponibilidade de água para uso humano por parte da população rural dispersa. É importante ressaltar que alguns dados e informações não foram encontrados nas escalas temporal e espacial – como o estágio de execução de algumas obras e dados sobre a situação do saneamento, principalmente rural, na escala municipal –, necessárias à avaliação do contexto investigado, não permitindo análises mais profundas e acuradas dos impactos das políticas na população da região de influência do PISF.

Para futuras avaliações, propõe-se o acompanhamento dessas políticas de forma periódica e em consonância com a implementação e operação das obras complementares à transposição, de forma a compreender melhor como o planejamento, execução e controle destas devem ser otimizados na busca do aumento da oferta hídrica da região.

1. Disponível em: <<https://bit.ly/3PksSk9>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

2. Disponível em: <<https://bit.ly/3ISYvio>>. Acesso em: 10 ago. 2021.